

No sentido do fascismo

Geopolítica e Segunda Guerra na evolução histórica brasileira segundo Caio Prado

Capítulo do livro:

“Brasil e América Latina na Segunda Guerra Mundial” (Curitiba: CRV, 2017)

Yuri Martins-Fontes*

Palavras-chave:

Fascismo, II Guerra Mundial, Relações Políticas Internacionais, “Diários Políticos”, Sentido Histórico, Economia Internacional.

Caio da Silva Prado Júnior, com sua obra abrangente e interdisciplinar, consolida-se a partir dos anos 1930 como um dos desbravadores de uma perspectiva marxista criativa na América. Com suas posições dialético-radicais, ele travaria polêmicas e se chocaria com a linha predominante pecebista, que pautava sua estratégia revolucionária segundo modelos eurocêntricos – como se a história europeia fornecesse às demais nações uma espécie de cartilha a ser seguida e não contestada. Por estes tempos que prenunciam e perpassam a *II Guerra*, o pensador brasileiro analisou diversos aspectos relativos à *ascensão do fascismo*, buscando compreender as características deste fenômeno internacional, tanto filosóficas, como especialmente no tocante a sua influência geopolítica na evolução histórica nacional.

Em tais estudos – manuscritos pertencentes ao Arquivo do IEB-USP –, vê-se Caio Prado se dedicar a interpretar, desde a formação no país de um renovado movimento reacionário extremo (o *integralismo*, versão do fascismo no Brasil), até a tendência “fascistizante” do governo de Getúlio Vargas a partir de meados dos anos 1930 – rumo que, dadas certas circunstâncias, irá se acentuando até desembocar na ditadura do Estado Novo. Décadas mais tarde, nos anos 1960 e 1970, desde uma distância histórica minimamente razoável, o autor também tratará das consequências políticas internacionais e socioeconômicas que a II Guerra lega ao “sentido” de nossa história (no capítulo tardio “A crise em marcha”, e depois em *posfácio*, ambos incluídos em sua *História Econômica do Brasil*)¹.

* Pesquisador de pós-doutorado em filosofia (USP) e em história (PUC-SP) sobre temas relativos aos saberes indígenas e ao pensamento crítico-dialético; doutor em história econômica latino-americana (USP/CNRS-França), com formação em filosofia e engenharia (USP), e trabalhos como jornalista (política internacional), professor e tradutor. É membro do conselho editorial da Revista Mouro e coordenador do Núcleo Práxis (projetos ligados ao LEPHE-USP).

1 “A crise em marcha” – texto de 1962 (atualizado Em 1970), incluído nas edições seguintes de *História Econômica do Brasil*; e “*Post scriptum*”, de 1976, posfácio publicado como apêndice desta obra. Vide edição digital da obra

Cabe aqui um aparte para mencionar que, quanto aos citados *manuscritos* caiopradianos aqui investigados, quase todos, lamentavelmente, são ainda inéditos². Este material, pesquisado diretamente na fonte documental, compõe-se de cadernos de estudos e diários políticos (com resenhas, ensaios, análises, apontamentos e recortes de periódicos anotados), além de correspondências diversas. Tais escritos, alguns em condições precárias, poucas vezes foram investigados por pesquisadores – sendo que em sua maior parte, até este presente trabalho, jamais tinham sido nem mesmo parcialmente transcritos. Por este motivo, neste estudo que ora se oferece ao leitor, optou-se por apresentá-los de forma *direta* – mediante o uso, sempre que possível, da citação de suas próprias *frases* grafadas, ou ao menos dos *termos* utilizados pelo autor³.

Introdução

Em época de crise econômica generalizada e conseqüente turbulência social, costumam se fortalecer discursos retrógrados, anti-humanistas e mesmo irracionais – dos quais o nazifascismo é o ápice. Este é um tema que infelizmente mantém insólita atualidade.

Em meados dos anos 1930, no caótico período entre-Guerras, que culminaria com a II Guerra Mundial, Caio Prado afirma em suas crônicas políticas de viagem, *URSS: um novo mundo*, que a Europa Ocidental não estava evoluindo para uma nova forma social, e que o “projeto social-democrata” – predominante em nações tidas como as mais desenvolvidas (caso de Inglaterra e Alemanha) – tinha adiado indefinidamente qualquer plano de condução efetiva da sociedade ao “socialismo”; segundo ele, apenas os bolcheviques mantinham a luta pela “igualdade entre os homens” – lema que as “democracias burguesas” só inscreveram “pomposamente” em suas bandeiras [PRADO JR., 1935, p.152 e p.229-230]⁴. A partir desta reflexão, o autor chegaria à conclusão de que era preciso recusar a tese do “evolucionismo” histórico, aos moldes clássicos europeus, e por conseguinte, de que à *Revolução Brasileira* tampouco serviria o “aliancismo” – ou seja, a estratégia política de *aliança* entre classes, que supõe haver dentre as elites brasileiras uma

disponível em: http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf (acesso fev. 2014).

- 2 Ocorre que o historiador e filósofo marxista, ao envelhecer, não se ocupou em liberá-los formalmente ao uso público – de modo que seus familiares e herdeiros, até agora, não chegaram a um acordo definitivo sobre as formas de se permitir legalmente sua edição e publicação. Durante meus estudos de doutorado sobre sua obra, algumas vezes acionei familiares e herdeiros, visando publicar e difundir nacional e internacionalmente seus escritos, por meio de revistas e editoras acadêmicas e não-comerciais; contudo, as respostas que me chegaram, quando houve, foram evasivas quanto a uma permissão direta para publicação. Neste âmbito desconcertante dos conflituosos interesses que giram em torno dos direitos autorais, vale destacar a autorização por escrito da profa. M. Cecília Naclério Homem, quem assinou documento permitindo a divulgação editorial sem fins lucrativos de textos selecionados do pensador marxista, traduzidos ao castelhano (no prelo pela editora Del Revés: Rosário/Argentina); e também mencionar o aceno positivo de Carla Prado, neta do autor, ao repassar solicitação neste sentido (por correio eletrônico) aos demais familiares, que cientes, não impuseram obstáculos à publicação.
- 3 Quanto aos raros trabalhos de fôlego que investigaram o Fundo Caio Prado Jr. (Arquivo IEB-USP), vale destacar aqueles dos pesquisadores Paulo H. Martinez e Paulo Iumatti, além de minha tese de doutorado (FFLCH-USP/ mar. 2015, no prelo pela Alameda Editorial/Fapesp).
- 4 *URSS: um novo mundo* [1934] (ediç. 1935) é um livro em que o autor mescla impressões subjetivas da realidade revolucionária bolchevique (crônicas de sua viagem), com uma análise sociopolítica da União Soviética.

parcela progressista (“burguesia nacional”).

Vendo como crucial que cada nação fizesse sua leitura do marxismo de acordo com as peculiaridades de sua história, ele passaria a tentar compreender o fascismo – fenômeno gerado na longa crise europeia que, da I Guerra, passando pela quebra de 1929, conduziria à II Guerra Mundial. Conforme o interpreta Caio Prado, o fascismo é uma nova face da extrema-direita, um *desvio* não-liberal do capitalismo – fruto da situação socialmente instável do entre-Guerras.

Note-se que Eric Hobsbawm, décadas depois, já com boa perspectiva histórica, consideraria o fascismo de modo bastante similar, a saber: como uma “moderna” extrema-direita derivada, no pós-Guerra, do “colapso” das “velhas classes dominantes”. Inclusive, diz ele, onde as antigas elites se mantiveram organizadas, não houve “necessidade de fascismo”. Além disso, para o marxista inglês – à semelhança do brasileiro –, tal regime, fundado nos interesses das classes dominantes, caracteriza-se pela economia “capitalista não-liberal” e por ser um movimento de massas (que se usa da alienação social para, mediante artifícios, mobilizar a população) [HOBSBAWM, 2000, p.121-131].

“Diários Políticos” – notas sobre o fascismo na evolução histórica do Brasil

Para melhor nos situarmos do ponto-de-vista de Caio Prado sobre esta dura experiência que ele sofreu na pele – no cárcere e no exílio –, para compreendermos a historicidade de sua crítica e de seus embates no campo das ideias, cabe lembrar, com Boris Fausto [1995], que ao fim dos anos 1920, a crise da economia mundial veio a reforçar o “desprestígio” da democracia liberal – regime que se identifica, no plano econômico, ao capitalismo. Neste ínterim, logo após o intento de golpe paulista de 1932 – dito “constitucionalista” –, surge em São Paulo a *Ação Integralista Brasileira*.

O integralismo foi uma doutrina conservadora e nacionalista voltada antes de tudo ao enfrentamento dos comunistas e das mobilizações operárias. Em 1935, após violentos choques entre estes extremistas de direita e os militantes das esquerdas, o governo Vargas promulga sua *Lei de Segurança Nacional*, na qual endurece legislação sobre ações contra a segurança do Estado, afetando garantias civis – tais como as greves e o direito à manifestação política (tachada como incitação ao ódio de classes). Ao fim deste ano, o frustrado levante comunista acirraria a repressão do governo varguista contra os interesses dos trabalhadores – caso da criação da *Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo*. A guinada à direita de Vargas, a partir de então, somente se aprofundaria. Em 1937, um falso boletim escrito por integralistas para incriminar os comunistas – em que se afirmava a iminência de uma revolta popular – foi o pretexto do governo para interromper o processo eleitoral e executar seu golpe de Estado. Os integralistas, que Getúlio apoiara em seu início, solidarizam-se com ele, esperando obterem cadeira ministerial; no entanto, foram desiludidos por Getúlio, que desde então centralizou os poderes, suspendendo a existência de

qualquer partido – apesar de, na prática, ter tolerado que os integralistas seguissem se organizando discretamente. Em suma, o Estado Novo representou uma aliança entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial [FAUSTO, 1995, p.353-367].

Vargas, a partir de então, se volta definitivamente à direita, em movimento que Caio Prado classifica como a “fascistização” do governo brasileiro – embora o autor tenha claro que anteriormente, em 1930, Vargas havia tido posição progressista, ao enfrentar as oligarquias regionais (como se expõe adiante).

Em seus primeiros estudos sobre o fascismo, no início dos anos 1930, Caio anota que o “sindicalismo fascista” se distingue de outras correntes, especialmente: pela “aceitação da classe capitalista como socialmente produtiva” ; pela “ilegalidade da luta social” ; e pelo “princípio da colaboração de classes”. Tal sistema se caracteriza, sintetiza ele, por uma “artificialidade completa”, apoiando-se “integralmente na ditadura”, para a manutenção de “salários muito baixos” e “passividade das massas”. Sobre a conjuntura europeia, aponta que a situação italiana é “deplorável”: “grande manada de desocupados e meio-ocupados”⁵.

Já em sua resenha do ensaio “Comunismo e fascismo: caráter econômico distintivo” (1934), Caio observa a princípio que “o capitalismo ortodoxo entrou em crise”, pois que sua “força básica” (sua capacidade de “expansão”), dada a saturação do mercado, já “não pode mais se desenvolver”. Daí, ele comenta sobre a necessidade capitalista de integrar “política” e “produção”, o que consiste em espécie de “economia dirigida” fundada nos “negócios” – ao contrário do comunismo, pondera ele, que procura tal “integração” por meio da “eliminação do negócio”. O “ideal do negócio”, com sua esperança na volta dos investimentos, necessita do *expansionismo*, o que se inicia pelo “imperialismo econômico”, espécie de “invasão comercial”, e vai “tendendo para uma invasão militar”. Segue-se disto que não há “lógica” na tentativa fascista de “erigir uma economia estável sobre as contradições das empresas de negócios”. Enfim, resume ele: a diferença entre *fascismo* e *comunismo* é que aquele por meio do “negócio” e este pela “política”, aquele “subjuga” e este “prioriza” o trabalhador⁶.

Um ano depois, em análise de artigo dos *Annales*, Caio Prado ressalta que o fascismo é um “movimento de massas”, que visa superar os “antagonismos profundos” da sociedade moderna, mediante o “entusiasmo nacionalista”, visando conformar um “novo quadro de dirigentes” – “uma nova elite”⁷.

5 Conforme seus apontamentos sobre o artigo de Carmen Hayder, “O Estado corporativo italiano” (em *Political Science Quarterly*, jun. 1931); manuscrito do Fundo Caio Prado Jr./Arquivo-IEB-USP: referência CPJ-FIC-308.

6 Manuscrito do Fundo Caio Prado Júnior/Arquivo-IEB-USP: referência CPJ-FIC-314, acerca de texto de Keneth Burke, publicado na revista comunista estadunidense, *New Masses* (mar. 1934).

7 Manuscrito do F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ-FIC-292, sobre artigo de G. Haschek, nos *Annales*, n.31, 1935.

É com base em tais parâmetros conceituais que o pensador marxista elaboraria sua interpretação política do Estado Novo, de Vargas – no que acaba por divergir da linha do líder Luís Carlos Prestes (quem apoiaria Getúlio em prol da estratégia pecebista “nacional-libertadora” em oposição à suposta “ameaça fascista” – ameaça que, ao contrário, segundo Caio, vinha do próprio Vargas). Por este período, em meados dos anos 1940, agravam-se suas críticas a Prestes – enquanto líder partidário –, e aos rumos do PCB, que ele vê como dogmáticos e centrados no modelo europeu (conforme seus “Diários Políticos”)⁸.

Mas por ora, detenhamo-nos em suas reflexões sobre a época da instauração do Estado Novo – em que ele trata tanto da política do governo Vargas, como do movimento integralista –, período em que considera que o Brasil vai se “fascistizando”.

Em 1937, Caio Prado anota que Plínio Salgado (o “chefe” integralista), após passeata em que houve confusão e morte, foi proibido de falar, pelo governo – em alusão à manobra de Vargas pelo monopólio do poder, que se iniciava. Um mês depois, comenta, perspicaz – como que profetizando a farsa (ainda hoje obscura) dita *Plano Cohen* – que circulam boatos sobre um “golpe comunista”, mas o que “há na realidade é a ameaça de um golpe integralista”, golpe “tolerado pela polícia” e “bafejado pelo governo”; há um “nervosismo geral” no país⁹.

No dia 10 de novembro de 1937, fatídica data do golpe de Vargas, Caio Prado – que recentemente fora libertado da prisão, onde permanecera dois anos –, estava em Paris, onde chegara exilado há poucas semanas. Em seu caderno, faz a seguinte anotação: “Getúlio desencadeia um golpe. A nova constituição de caráter nitidamente ditatorial, inaugura no Brasil um regime de tendência fascista”¹⁰.

“1937” – um ensaio inédito e atual

No mês seguinte, como que tendo maturado a ideia do *golpe*, tece a longa consideração – sobre a qual se discorrerá a seguir – acerca dos aspectos sócio-históricos internos e externos que concorreram para o acontecimento. Trata-se do inédito ensaio “1937”, constante de seus “Diários Políticos”.

Logo à abertura, ele expõe o caráter *paradoxal* do ocorrido – um Getúlio que de progressista em 1930, se voltaria, anos depois, a um autoritarismo de nuance fascista:

Com o ano de 1937 encerra-se uma das mais importantes e movimentadas fases da história política do Brasil, e inicia-se outra, cheia ainda de incertezas e perspectivas obscuras. Politicamente o golpe de Novembro é o epílogo de uma evolução no sentido de

8 Desenvolvi este tema em minha mencionada tese doutoral. Chama-se “Diários Políticos” ao conjunto de cadernos manuscritos em que Caio sistematicamente escreveu, durante anos, suas reflexões sociopolíticas.

9 “Diários Políticos” (18/07/1937 e 18/08/1937); manuscritos do F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ004-159 e CPJ004-219.

10 “Diários Políticos” (10/11/1937); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ004-268.

fortalecimento crescente do poder executivo com o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à Revolução de 30, desencadeada sob uma bandeira liberal, anti-autoritária(...), essa fase se encerra justamente com o advento de regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas numa situação de fato, contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do [sic] país¹¹.

Vale aqui notar que – como em *Evolução política do Brasil* – neste artigo ele já delinea sua clássica concepção de “sentido” evolutivo, pouco mais tarde sistematizada em *Formação do Brasil contemporâneo*.

A seguir, Caio passa a sumarizar os elementos que levaram ao que ele chama de “medidas fascizantes” de Vargas, as quais conduziram a “evolução política do país no sentido da ditadura” – culminando com o golpe, que se delineava como solução transitória e cuja função era tão somente disfarçar as contradições socioeconômicas do país.

Fatores sumamente complexos concorreram para um tal desenlace. Fatores de ordem interna combinam-se com outros de natureza externa e é muito difícil destacar fatos e analisá-los isoladamente. Eles se ligam e inter-determinam de tal forma que não é possível chegar a conclusões dentro de pontos de vista particulares ou parciais. Talvez o historiador do futuro, tendo diante de si o quadro completo dos acontecimentos – por enquanto ainda estamos acantonados num pequeno setor e a maior parte do drama político representado ainda está por passar – talvez o historiador do futuro possa destrinçar a meada que são os fatos que presenciamos. Hoje isso é impossível, e temos de nos contentar com alguns traços gerais.

Conforme explica o autor, a “Revolução de 1930” – com a queda da “República Velha” – marcou “incontestavelmente o fim de um regime, de um sistema político caduco”. No evento de 1930, diz ele, está o marco de superação do regime da República Velha, caracterizado pelo predomínio da “autonomia estadual imposta sobretudo por S. Paulo” ; um “mecanismo político” que estava “fundado em pequenas oligarquias locais, com eleições de fachada” ; um “Estado [nacional] sem iniciativa no plano econômico e social” – cuja inação fora chacoalhada pela crise capitalista de 1929: “A impopularidade de todos os governos, do federal aos municipais, chegara então ao seu auge”.

Com a Revolução de 1930, contudo, modificaram-se apenas as “condições objetivas”, mas não a “tradição antiga”. E este foi o motivo nuclear que levou o Brasil a vivenciar o “renascimento de um sistema que parecia abolido”: “não se extirparam os velhos costumes” – não ocorreu no país uma

11 “Diários Políticos” (Paris, dez. 1937); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ004-286. Todas as citações adiante, até menção em contrário, referem-se a este texto.

“maturação política”, e os quatro anos que se seguiram a ela foram de “agitação e desorganização”.

O que parece mais grave no caráter do parlamento da República Nova – que aliás reflete um vício de toda a reorganização política do país – é o traço regionalista, herança do passado, que nele se manifesta. Numa palavra, a nova ordem política reproduzia, embora já muito atenuada e apenas como um resíduo do passado, uma boa parte dos defeitos da política anterior a 30. O sistema político antigo(...) tornara-se de todo incompatível com as novas condições do paiz(...).

Este quadro, todavia, começaria a se modificar a partir do delineamento de duas organizações: o “integralismo” e a “Aliança Nacional Libertadora” – apesar de que, afirma Caio, a “opinião geral” do país não se mostrou aberta a nenhum destes dois grupos.

O *extremismo* integralista – assim como o *radicalismo* da ANL – deve-se a fatores internos, mas “sobretudo a circunstâncias de ordem internacional”. O integralismo, movimento de inspiração *eurofascista*, tinha seu extremismo curiosamente evidenciado não em seus líderes, mas no “espírito de seu movimento e nas massas que o acompanhavam” ; aliás, esta foi justamente sua debilidade: a “insuficiência” de seus chefes – cujo perfil era por demais “conservador”.

Já quanto ao movimento de esquerda, ele afirma que “faltava aos grupos e classes sociais capazes de lavá-lo adiante maturidade e eficiência”: o “pavor comunista” mobilizou contra a *Aliança* “todas as forças conservadoras” do país. “O levante de novembro de 1935, simples conspirata de quartel”, foi o “último espasmo” da ALN antes de desaparecer – gesto este, por sinal, fruto mais do “heroísmo” de um punhado de oficiais, que de um “largo movimento coletivo”.

O integralismo, de sua parte, foi menos incisivo em sua ação. Freado pelos chefes, mostrou-se bastante moderado: “apesar dos modelos que o inspiraram – o fascismo italiano e alemão”. Isto se deve também a que o integralismo “nunca teve larga popularidade” – pelo contrário, sofreu “forte repulsa” por parte “sobretudo do proletariado”. “Quanto às classes conservadoras, elas olhavam com certa simpatia um movimento que se apresentava como vanguarda da luta anti-comunista”: “deram-lhe mesmo apoio financeiro”, apesar de esse movimento lhes causar “certo temor”.

Neste momento, Caio faz um aparte para analisar o fascismo de um modo geral: regime que “em toda parte onde se implantou, foi sempre recebido como um último recurso” – como uma ação extrema para amainar a “convulsão social”.

A implantação do fascismo, se de um lado representa a garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato, trás doutro inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social. Aceitando a ditadura fascista, elas abdicam de boa parte de seus direitos e sua liberdade de ação. Aceitam um controle rigoroso,

econômico, político e social que não deixa de ser pelo menos incômodo. O preço que as classes conservadoras, aceitando o fascismo, pagam para garantir o essencial, que é a sua existência, é assim muito elevado; e só se dispõem a pagá-lo quando não existe ou julgam não existir outro remédio.

Entretanto, este não foi o caso brasileiro. Na interpretação de Caio, a “debilidade” de “todo o movimento de esquerda no Brasil” não chegou a inspirar um “temor tão grande” a ponto de se optar por “medidas extremas como o fascismo”. Mesmo o “levante de 1935” foi “tão facilmente abafado, que não chegou a provocar gestos desesperados”. Porém, se não vieram “medidas extremas”, como na Itália e Alemanha, o levante comunista seria o pequeno pretexto que Vargas esperava para implantar no Brasil “medidas fascizantes” – que desembocariam afinal na ditadura. De outro lado, tampouco o integralismo “encontrou ambiente”, mas apenas “vegetou até 1935” e foi incapaz de reagir a ofensiva de Vargas contra sua organização.

Assim, embora o país, seus “problemas” e “equilíbrio político”, exigisse uma renovada “política nacional”, contraditoriamente, o dilema que acabaria por se colocar foi:

ou voltar para trás, isto é, reconstituir a antiga situação política, de base essencialmente regional(...), ou suprimir toda e qualquer política, impondo em substituição a ela uma estrutura de certa forma artificial, fundada exclusivamente numa situação de fato amparada na força.

Caio Prado conclui este ensaio afirmando que diante da “iminência de um retorno ao passado”, e como forma de esmagar um (improvável) desenlace mais *radical*, as elites brasileiras escolheram a segunda opção, uma estrutura de Estado fascistizada e artificial que viria a “suprimir” a política nacional, por meio de uma ditadura “instável” – que não passa de uma “solução provisória”, e que pode levar o país a uma “guerra civil, uma luta sem tréguas que se prolongará por muito tempo”.

II Guerra e a fascistização do capitalismo global

Já em março de 1938, o autor marxista – já então bastante crítico da estratégia pecebista com seus esquemas “abstratos” (*etapismo* e conseqüente *aliancismo*, sempre aos moldes europeus) – aponta que o PCB estava cindido em dois blocos: um que se aproxima indiretamente do governo, contrário a “agitações que favoreceriam o integralismo e a fascistização completa do governo Getúlio”; e o outro, dissidente, “mais radical, que procura articular contra o governo atual uma frente única popular”¹². Dois meses depois, os integralistas, ludibriados por Getúlio, tentariam dar um *golpe* no golpe. Caio escreve: “Golpe integralista no Rio de Janeiro – ataque ao palácio

12 “Diários Políticos” (mar. 1938); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ005-011 ; tratei do tema em minha citada tese.

Guanabara” – e destaca – “há indícios de participação da Alemanha no golpe fracassado”¹³. No ano seguinte, às vésperas da II Guerra, Caio Prado regressa do exílio na Europa.

Em 1942, já em plena guerra, ele passa a ensaiar uma reflexão sobre os movimentos do Brasil no tabuleiro bélico interno e internacional:

A fascistização do Brasil segue sua marcha. O Estado Novo é elevado às nuvens.(...) Getúlio é senhor absoluto.(...) O paiz está apático; as classes conservadoras temem o comunismo (temor explorado pela situação); o povo está sob o terror policial. (...)A DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] exerce uma ditadura incontestável sobre o pensamento do paiz¹⁴.

Quanto às relações internacionais, diz Caio, o “governo é contraditório” – o Ministério do Exterior força aproximação com os EUA, mas o Ministério da Guerra se inclina para o lado da “Alemanha e o fascismo”. E neste embate conservador, “a esquerda está adormecida”¹⁵. Como menciona muitas vezes em seus “Diários Políticos”, ele sente falta de um projeto comunista propriamente nacional, que não se guiasse dogmaticamente por moldes exteriores – de uma leitura marxista que apreendesse as especificidades socioeconômicas e culturais da nação.

No entanto, um ano depois, mais otimista, passa a ver na mobilização popular uma pitada de esperança. Diante do choque entre estudantes da USP e policiais em praça pública, em que “corre o primeiro sangue” pela democratização do país, Caio afirma: “O Brasil acorda de sua letargia” – e continua – “a guerra europeia foi o primeiro sinal de novos tempos”. De início as “simpatias gerais da situação [getulismo] iam francamente para a Alemanha”; os “fascio-integralistas e simpatizantes de todos os matizes” arrastavam o país. Porém, em virtude dos “compromissos pan-americanos”, a agressão aos Estados Unidos obrigou o Brasil a romper com o Eixo. De todo modo, ele conclui que por aqui “a guerra está sendo levada burocraticamente, sem participação popular” – ao que propõe a seguinte (e tão atual) reflexão¹⁶:

A “democracia” é ainda no Brasil uma fachada para justificar-se perante seus aliados anglo-americanos. Aliás, há tendências fascistas nestes últimos, de forma que a posição dúbia da situação econômica brasileira se encaixa muito bem na ordem(...) do momento. O que fez pender a balança para o lado da democracia são as vitórias soviéticas.

Observe-se que em sua interpretação de que as “tendências fascistas” de então, no Brasil, como nos Estados Unidos, convergem e assim alinham-se, ele parece *profetizar* o devir da política

13 “Diários Políticos” (11/05/1938); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ005-032.

14 “Diários Políticos” (1942); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ005-046.

15 Idem.

16 “Diários Políticos” (10/11/1943); F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ005-048.

estadunidense fascistizada no pós-guerra – bem como de seus aliados no capitalismo global. Graças a sua análise político-econômica acurada, em um notável momento de genialidade, ele efetivamente prenuncia o movimento histórico que se conformaria na segunda metade do século, a saber: a *fascistização* acentuada dos EUA e potências vassalãs (OTAN) – impulsionada pela ânsia de expansão dos mercados (a globalização)¹⁷.

Por outro lado, coloca que dada as vitórias da União Soviética, o governo se viu obrigado a “permitir certa campanha pela democracia e contra o fascismo”: “Os resultados não se fizeram esperar” – os movimentos pela democracia começavam a se espalhar por todo o país¹⁸.

Ainda nesta linha confiante, um ano depois – em correspondência a editor – escreve:

O ano de 1944 tem a seu favor, no que diz respeito ao Brasil, um grande ativo: é a participação das nossas tropas em favor da grande causa dos dias que correm, o esmagamento do fascismo(...) [mas] infelizmente a situação doméstica não nos traz igual satisfação(...) [dada a] dificuldade em satisfazer as mais elementares necessidades e a situação aflitiva da maior parte da população.

As causas deste problema, afirma ainda na carta, são “mais profundas, e vêm já de muitos anos anteriores à guerra, que não fez mais que pôr à mostra os vícios de um sistema”. Termina por demais esperançoso, dizendo acreditar que os brasileiros estão agora mais “esclarecidos”, e que no próximo ano (1945) deve vir o “fim da guerra” e o “colapso de todos os fascismos”: “O mundo de amanhã não será de ditadores, e a humanidade entrará numa nova fase”, na qual os brasileiros terão “sua parte” se souberem manter viva a “chama da liberdade e da democracia” – que ora encetaram nos campos de batalha¹⁹.

Em fins de 1945, recém-terminada a guerra, acaba também o Estado Novo. No entanto, no PCB, a nova orientação em defesa da “união nacional” – linha da CNOP, em apoio a Vargas – faz com que muitos militantes deixem o partido. Caio discorda desta corrente, mas comunista orgânico, acata a decisão. Em novembro deste ano, comenta que o integralismo busca se rearticular (sob o nome de Partido de Representação Popular), e critica a postura de Prestes, quem considera por demais verborrágico e fraco como liderança que pudesse promover uma “renovação” do comunismo no Brasil. Entende que a “atitude e a política de Prestes dão margem para ataques que podem prejudicar grandemente o movimento revolucionário brasileiro”. Por este período, Caio e diversos intelectuais assinam manifesto anti-integralista: “[esta] grave ameaça a todos os

17 Um recorte do jornal Hoje, destacado em seu *diário*, quase 3 anos depois, chega a mesma conclusão: a ideia do fascismo “continua viva” – estimulada pelos capitais inglês e estadunidense que avançam e necessitam de mercados consumidores. F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ007-125 (16/07/1946).

18 Fundo Caio Prado/ Arq. IEB: ref. CPJ005-048 (10/11/1943).

19 Carta a Octavio Thyrsó, diretor do “Sombra”, de 08/11/1944 ; F.C.P./Arq. IEB: ref. CPJ-CA-026.

brasileiros” – fruto de “manobras dos inimigos da democracia e do progresso”²⁰.

Meses depois, em carta a Evaldo Garcia, afirma esperançoso que com a II Guerra o Brasil deu um “grande passo”, pois que: “formou-se uma consciência popular como nunca tivemos no passado” – e “existem hoje as condições fundamentais para o início da grande transformação que nos levará, seja embora num futuro que não podemos ainda prever, para uma *nova ordem* bem diferente da atual”²¹.

Geopolítica do pós-Guerra e o falso milagre econômico

A “nova ordem”, que Caio Prado prevê para o Brasil – e defende em muitas de suas obras –, deveria ser construída com a superação da orientação externa de nossa economia, criando-se um mercado interno forte. Não obstante, décadas mais tarde, ele constataria decepcionado que embora a II Guerra tenha trazido grandes modificações na “marcha dos povos”, ela não alterou essencialmente o “sentido da evolução brasileira”. Houve um esforço por se reestruturar, com renovadas feições, o mesmo sistema em “crise” – mas sem se comprometer sua “essência colonial”. Como resultado, agravam-se as contradições no plano social e político.

Por um lado, com a diminuição das importações – devido à conjuntura produtiva europeia fragilizada pela Guerra –, crescem e se diversificam as atividades econômicas nacionais, em especial as da indústria (*substituição de importações*); contudo, as características arcaicas da economia brasileira se mantêm, de modo que dada a demanda internacional assiste-se a um revigoreamento do “tradicional sistema do passado” – a exportação de alimentos e matéria-prima. Assim que, de outro lado, no plano social e político, acentuam-se os “desequilíbrios e desajustamentos”²².

Num primeiro momento, este cenário fez decair as contradições crônicas de nosso sistema econômico – sanando provisoriamente a balança de pagamentos exteriores. Todavia, é mister ressaltar que, se por estes tempos ocorre um “nítido progresso”, há também o encarecimento do custo de vida – pois que os preços são pressionados pela oferta interna insuficiente, efeito do aumento da demanda externa –, sem que haja, porém, aumento de salários (arrochados com autoritarismo). O resultado disto foi um forte “acréscimo da exploração da força de trabalho” – analisa Caio –, e um “sobrelucro” apreciável, que provoca “intensa acumulação capitalista”, enriquecendo consideravelmente setores das classes dominantes. Trata-se portanto de um período instável de “equilíbrio” e “artificial prosperidade” – que começariam a declinar tão logo desaparecessem as “circunstâncias extraordinárias” que os causaram.

Como se pode prever, breve adviria novo período de crise. Em 1947, o valor dos produtos

20 “Diários. Políticos”, F.C.P./Arq. IEB: respectivamente, ref. CPJ006-032 (11/11/1945); CPJ006-125 (28/02/1946); e CPJ006-089 (29/01/1946).

21 “Carta ao companheiro Evaldo da Silva Garcia” (11/05/1946); F. C. Prado/Arq. IEB: ref. CPJ-CA002 (grifo meu).

22 Em “A crise em marcha” (1962), cap. de *História Econômica do Brasil*; as citações dos parágrafos seguintes, até menção em contrário, são deste capítulo.

importados ultrapassa os exportados; nos anos seguintes, o balanço comercial melhora ligeiramente, deixando saldos positivos que, no entanto, são insuficientes para pagar compromissos financeiros (usura da dívida externa, etc) – sendo tais défices cobertos com mais empréstimos estrangeiros, num ciclo vicioso.

Em 1951, Getúlio, de volta ao poder, e baseado em momentânea conjuntura internacional favorável (alta do café), lança programa de fomento à indústria. Entretanto, tal política peca por imediatista e carece de planejamento conjunto – de visão da economia como todo –, de forma que acaba por favorecer apenas interesses financeiros privados. Desta experiência, ficaria a lição – “infelizmente não bem assimilada” – de que o desenvolvimento industrial do país exige medidas mais profundas e muito mais amplas: mudanças estruturais.

Já no plano das relações internacionais, Caio Prado expõe que, no imediato pós-Guerra, a economia capitalista, em especial a estadunidense, conhece intenso crescimento, impulsionado pela “folgada situação financeira” dos EUA – resultante da restrição de consumo durante o conflito, do financiamento da guerra, e dos posteriores negócios de reconstrução da Europa (*Plano Marshall*). Tal impulso, e o conseqüente fortalecimento dos Estados Unidos, se prolongarão pela política de reorganização financeira mundial imposta por esta potência – baseada no acordo de “Bretton Woods”. Além deste país, outras potências capitalistas se beneficiariam fortemente desta conjuntura de crescente monopolização do capital, especialmente a Alemanha e o Japão, que derrotados nas armas, vencem economicamente – fato que poderia parecer contraditório, não fora o nazi-fascismo uma solução (e forma) do próprio capitalismo²³.

O Brasil não ficaria à margem da ofensiva dos *monopólios* – este “rebento do capitalismo desenvolvido” –, que encontraria por aqui generosa acolhida, dada a *orientação política externa* sempre adotada por nossas classes dirigentes. Tal surto da economia nacional e internacional, alavancada pelo afluxo de capitais e tecnologia desde os grandes centros, à periferia, foi por aqui conhecido como o “milagre econômico brasileiro” – fenômeno fundado em precários fundamentos financeiros, que por três decênios logrou disfarçar “artificialmente” (com apenas suaves recessões) a “tendência estrutural do sistema capitalista à estagnação”.

A ampla farsa político-econômica internacional forjada no pós-Guerra, contudo não poderia perdurar por muito mais tempo, e esta falha “estrutural” se revelaria com nitidez no início dos anos 1970, com o intenso e generalizado processo inflacionário e desemprego, acompanhado da ociosidade do aparato produtivo (notadamente nos países mais industrializados) – abalo que demonstrava os limites da expansão capitalista. Paralelo a isto, dá-se a súbita elevação dos preços do petróleo – o que afeta duramente as subpotências europeias e japonesa, não produtoras do ouro

23 No citado posfácio de *História Econômica do Brasil*, “Post Scriptum”. As citações a seguir se referem a este texto.

negro.

Em suma, conclui Caio Prado, o suposto “milagre brasileiro” não passou de um breve surto artificial, motivado pela excepcional e instável conjuntura internacional do período que sucedeu a II Guerra. Não houve nenhum sinal significativo de mudança essencial das “arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial”. Nossa indústria continua débil, com pouca infraestrutura e dependente do mercado exterior; e o que é mais grave: sem sequer vislumbrar as necessidades básicas da população brasileira. Agora, pondera ele, passado o *surto*, a nação retorna a sua “mediocre normalidade amarrada ao passado”.

Conclusão

Como se pôde observar ao longo desta exposição, Caio Prado Jr., mediante o uso da análise dialética da história, mostra que o fascismo, cujo ápice se dá na barbárie da II Guerra Mundial, longe de poder ser comparado com qualquer tipo de *autoritarismo* das pioneiras tentativas de construção socialista, foi desde sempre uma força histórica em “sentido” contrário ao comunismo – ou, de outro modo, o nazi-fascismo não passou de uma face *renovada e brutal* do capitalismo.

Tal definição foi mais tarde aprofundada por Hobsbawm [obra cit.], que vê o fascismo como uma *moderna* extrema-direita, o *modus operandi* capitalista adaptado para tempos difíceis – a *solução* para seus cíclicos períodos de crise, ou como se diz atualmente, no vulgo, para os momentos em que é necessário “socializar-se o prejuízo”. Note-se que com o fascismo e a subsequente II Guerra, abriu-se límpido o caminho para a ascensão geopolítica estadunidense, o que culminaria com a inédita *unipolaridade* verificada nas relações internacionais contemporâneas dos anos 1990 (a década “neoliberal” ou “perdida”) – após a queda soviética diante das pressões econômico-bélicas da superpotência e seus aliados menores (europeus ocidentais).

Doutro prisma, a mensagem de Caio Prado é a de que não devemos pautar nossas ações por regras dogmáticas – e *eurocêntricas* – que colocam a evolução histórica europeia como padrão para o mundo. Para Caio, urge que o Brasil, à revelia de modelos prontos, construa seu próprio projeto democrático-comunista nacional, segundo uma leitura marxista própria que apreenda a idiosincrasia histórica brasileira – suas peculiaridades socioeconômicas e culturais.

Entretanto, dado o refluxo do comunismo após a derrota na Guerra Fria e a dispersão das esquerdas no cenário atual, parece saudável ressaltar que Caio Prado, quando se posta contrário ao *aliancismo*, refere-se às alianças com a burguesia ou parcela dela que *comprometam a autonomia* do movimento socialista – como se deu outrora (Vargas, etc), e mesmo em tempos presentes (caso do *lulismo*). O pensador brasileiro contudo não hesita em se colocar favorável a possíveis acordos pontuais interclassistas em prol de projetos comuns, reformas mínimas de urgência, que possam reduzir a extrema miséria. Aliás este é também o pensamento de Lênin, Gramsci e Mariátegui,

dentre tantos outros marxistas que, ao entenderem a luta pela conquista de direitos básicos como fundamento para a *Revolução*, corroboraram a ideia do próprio Marx – quem n'*A ideologia alemã* (1845-46) já escrevia: “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em *condições de viver* para poder 'fazer a história'”; contudo, “para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se” – “este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história”.

Deste modo, compreende-se, com Caio Prado, que defender reformas emergenciais de cunho humanitário, que solucionem ainda que provisoriamente tais *necessidades vitais*, não significa desviar-se do *sentido revolucionário*, mas pelo contrário, é ter a sensibilidade de perceber que sem isto – sem a *mínima humanização* das relações sociais – será ainda mais difícil *fazer-se o caminho*.

Bibliografia de Referência

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1994].

MARTINS FONTES L., Yuri. *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui – formação do pensamento latino-americano contemporâneo*. Tese de doutorado (História Econômica), FFLCH-USP, 2015 (no prelo: Alameda Editorial/ FAPESP).

_____. “Caio Prado: reforma agrária ampliada e luta armada”. Em: *Revista Mouro: Núcleo de Estudos d'O Capital*, São Paulo, ano 6, n.9, jan. 2015.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-1846].

NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr. historiador”. Em: *Novos Estudos*, n.2, S. Paulo, jul. 1983.

PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1933].

_____. “Fundo Caio Prado Júnior”. Em: *Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*.

_____. *URSS: um novo mundo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935 [1934].

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1942].

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1945].

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.